



1
2 **PRESIDENCIA DA REPÚBLICA**
3 **SECRETARIA ESPECIAL DO DIREITOS HUMANOS**
4 **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA**

5
6 **ATA DA XXXII REUNIÃO ORDINÁRIA - REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2004.**
7

8 Às nove horas do dia cinco de maio de dois mil e quatro, na Confederação Nacional do
9 Comércio – CNC, situada ao Setor Bancário Norte - Quadra 01, Bloco B, N° 14, 18° andar
10 – Brasília/DF, foi realizada a Trigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional
11 de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão superior de deliberação colegiada de
12 natureza permanente, constituído através da Portaria n° 537 de 1° de outubro de 1999
13 retificada pela Portaria n° 154, de 28 de fevereiro de 2002 e o art. 3° do Decreto n° 3.076 de
14 1° de junho de 1999. A presente Reunião realizou-se em dois turnos: matutino e vespertino,
15 havendo participação de Conselheiros distintos em cada turno. A reunião foi presidida pelo
16 **Dr. Adilson Ventura, Presidente eleito para o biênio 2002-2003, e com a presença dos**
17 **Senhores Conselheiros, participantes em turno matutino: 1. Adilson Ventura, União**
18 **Brasileira de Cegos; 2. José Rafael de Miranda, Ministério da Educação; 3. Maria**
19 **Aparecida Gugel, Ministério Público do Trabalho; 4. Belmiro Freitas de Salles Filho,**
20 **Ministério da Ciência e Tecnologia; 5. André Luiz Fernandes Andries, Ministério da**
21 **Cultura; 6. Rogério Lopes Costa Reis, Ministério do Trabalho e Emprego; 7. Érika**
22 **Pisaneschi, Ministério da Saúde; 8. Alan Cortez de Lucena, Ordem dos Advogados do**
23 **Brasil; 9. Cândida Maria Bittencourt Carvalheira, Sociedade Brasileira dos**
24 **Ostomizados; 10. Mauro Meirelles Pena, Sociedade Brasileira de Medicina Física e**
25 **Reabilitação; 11. Antônio Carlos Sestaro, Federação Brasileira das Associações de**
26 **Síndrome de Down; 12. Lúcia Severo da Costa, Federação Nacional de Educação e**
27 **Int. de Surdos; 13. Luiz Soares, Central Única dos Trabalhadores; 14. Isaias Dias,**
28 **Central Única dos Trabalhadores; 15. Janilton Fernandes Lima, Confederação**
29 **Nacional do Comércio; 17. Regina Maria Volpini Ramos, Federação Brasileira de**
30 **Instituições de Excepcionais, de integração Social; 18. Lizair de Moraes Guarino,**
31 **Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; 19. Flávio José Arns, Federação**
32 **Nacional das APAEs; 20. Luis Alberto Silva, Federação Nacional das APAEs; 21.**

33 **Maria do Carmo Tourinho, Associação Brasileira de Autismo; 20. Roseane**
34 **Cavalcante de Freitas, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; 21.**
35 **Sandra Marinho Costa, Federação Nacional das APAEs de Minas Gerais – Gabinete**
36 **do Deputado Eduardo Barbosa; 22. Ivanilde Maria Filho, Gabinete do Senador Flavio**
37 **Arns. Participantes em turno vespertino: 1. José Rafael de Miranda, Ministério da**
38 **Educação; 2. Belmiro Freitas de Salles Filho, Ministério da Ciência e Tecnologia; 3.**
39 **André Luiz Fernandes Andries, Ministério da Cultura; 4. Rogério Lopes Costa Reis;**
40 **5. Érika Pisaneschi, Ministério da Saúde; 6. Alan Cortez de Lucena, Ordem dos**
41 **Advogados do Brasil; 7. Cândida Maria Bittencourt Carvalheira, Sociedade Brasileira**
42 **dos Ostromizados; 8. Mauro Meirelles Pena, Sociedade Brasileira de Medicina Física e**
43 **Reabilitação; 9. Lúcia Severo da Costa, Federação Nacional de Educação e Int. de**
44 **Surdos; 10. Luiz Soares, Central Única dos Trabalhadores; 11. Isaias Dias, Central**
45 **Única dos Trabalhadores; 12. Janilton Ferreira Lima, Confederação Nacional do**
46 **Comércio; 13. Regina Maria Volpini Ramos, Federal Brasileira de Instituições de**
47 **Excepcionais, de Integração Social; 14. Lizair de Moraes Guarino, Federal Nacional**
48 **das Sociedades Pestalozzi; 15. Maria do Carmo Tourinho, Associação Brasileira de**
49 **Autismo; 16. Roseane Cavalcante de Freitas, Organização Nacional de Entidades de**
50 **Deficientes Físicos.**

51 Desenvolvimento dos trabalhos:

52 **ITEM I - Abertura Solene** - Sr. Presidente do CONADE, Dr. **Adilson Ventura**, deu
53 início à abertura dando as boas vindas aos Conselheiros e Conselheiras desejando-lhes um
54 bom dia. Em seguida, proferiu um breve discurso ao plenário do CONADE ressaltando a
55 importância da confraternização do dia anterior por sentir que o Conselho adquiriu
56 amplitude, visibilidade e grande importância – fruto do trabalho e esforços dos membros do
57 Conselho, no atual biênio. Registrou ainda, que o evento de confraternização foi prestigiado
58 pelo Ministro Nilmário de Miranda, Senadores, Deputados, dirigentes de órgãos de
59 governo, da Sociedade Civil, CORDE e etc., e que o processo de reestruturação do
60 CONADE se encontrava em pleno desenvolvimento, com a eleição para o exercício do
61 biênio 2004/2006. Na oportunidade, informou que o CONADE tomou uma nova dimensão
62 não só em número de Conselheiros, de membros, de instituições participantes, mas também
63 em termos de importância de suas ações. Em seguida, o Presidente passou a palavra à Dra.
64 **Cândida Carvalheira** – Conselheira titular do CONADE/ABRASO, que reiterou a fala do

65 Sr. Presidente e após, levantou a questão da paridade do CONADE, que, por não haver
66 candidato para o preenchimento da 19ª vaga, disponibilizada pelas Organizações da
67 Sociedade Civil, referente às deficiências decorrentes de patologia, propôs a reabertura do
68 processo em caráter especial para a republicação do edital visando o preenchimento desta,
69 solicitando ainda que essa questão fosse deliberada na presente reunião, para que a
70 Comissão Executiva do CONADE tivesse tempo hábil para tomar as providências devidas
71 antes da posse do novo Conselho. Assim, na cerimônia de posse o CONADE estaria
72 representado uniformemente. A seguir, o Presidente **Adilson Ventura**, teceu comentários
73 ao pronunciamento da Dra. Cândida, considerando lógica a sua observação e submetendo-a
74 a apreciação do plenário. O Dr. **Luis Soares da Cruz** – Conselheiro titular do
75 CONADE/CUT, manifestou-se sugerindo que o CONADE, em seu novo mandato,
76 discutisse e definisse a representatividade de cada membro do Conselho dentro de sua
77 estrutura e informou que a CUT pretendia recorrer da eleição, entrando com um recurso
78 contra o CONADE por interpretar imprópria a situação da eleição anterior, no caso do
79 Conselho Federal de Serviço Social e a CUT na vaga de trabalhadores. O **Sr. Presidente**,
80 considerou que a proposta do Conselheiro Luis Soares seria analisada e estudada
81 devidamente pelo CONADE e que estaria limitado a receber o recurso e encaminhá-lo à
82 Comissão Eleitoral para a emissão de Parecer. O Vice-Presidente do CONADE **José**
83 **Rafael Miranda**, consignou reconhecimento à equipe do CONADE composta pela Sra.
84 Márcia, Sr. Zé Carlos, Sra. Marta e Sra. Marlene, enaltecendo o empenho com que
85 contribuíram para o bom funcionamento do CONADE. Quanto ao preenchimento da 19ª
86 vaga disponibilizada pela Sociedade Civil, após pronunciamento dos Conselheiros do
87 CONADE, foram apresentadas duas posições: a primeira, proposta pela Conselheira
88 Cândida Carvalheira, que sugeriu a abertura do Processo Eleitoral para o preenchimento da
89 vaga supracitada, restringindo-a à entidades de deficiências decorrentes de patologia; e a
90 segunda proposta pelo Sr. Antônio Carlos Sestaro – Conselheiro Titular do CONADE, que
91 demonstrou preocupação em o Conselho anuir à sugestão da Dra. Cândida por considerar
92 que entidades de outras deficiências viriam postular essa vaga por não terem concorrido a
93 eleição anterior devido a não apresentação de documentação no prazo limite e se haveria
94 tempo hábil para a apresentação de documentos dos concorrentes anterior à posse; após
95 apreciação das duas propostas e verificação de quorum o CONADE resolveu: **abrir o**
96 **processo eleitoral restringindo a concorrência da vaga a entidades de deficiências**

97 **decorrentes de patologias, delegando a Comissão Eleitoral do CONADE para**
98 **estabelecer normas e prazos para a referida eleição. Aprovado por unanimidade.** Em
99 tempo, a Dra. **Maria Aparecida Gugel** – Conselheira Titular do CONADE/MPT,
100 consignou informações a respeito do Processo Eleitoral de dois novos representantes. Dos
101 Conselhos Estaduais para o biênio 2004/2006: foram eleitos como titular o Conselho
102 Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência do Estado do Rio de Janeiro e
103 como suplente o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência do
104 Estado de São Paulo; e, em tempo, prestou homenagens aos Conselheiros participantes da
105 Assembléia do Processo Eleitoral. O Sr. Presidente concedeu a palavra ao **Sr. Flávio Couto**
106 **e Silva de Oliveira** – Conselheiro do Conselho Estadual de Minas Gerais, que proferiu
107 pronunciamento, cumprimentando inicialmente aos presentes e parabenizando os
108 representantes estaduais eleitos e ao CONADE pela realização da eleição, esclarecendo que
109 o Conselho do Estado de Minas Gerais não participou do processo eleitoral por não ter sido
110 informado a tempo do horário da realização do mesmo. A seguir, a **Sra. Cláudia Araújo**
111 **da Silva**, eleita conselheira titular do Conselho Estadual do Estado do Rio de Janeiro
112 registrou uma breve saudação. Retomando a ordem da pauta, lida pela Sra. Márcia Patrícia
113 de Araújo – Secretária Executiva, passou-se a explanação do próximo item. **ITEM II –**
114 **Pronunciamento do Presidente do CONADE** - o Sr. Presidente, **Adilson Ventura**,
115 proferiu pronunciamento e informou à plenária que todos os participantes do evento
116 possuíam em suas pastas, um pequeno inscrito – sua autobiografia, intitulada por ele como:
117 “uma mini biografia” na qual, havia registros da história de sua vida - e se algum dos
118 membros do Conselho se interessasse em saber um pouco mais a seu respeito, sobre a sua
119 história de vida e de militância, compreenderiam seu comportamento dentro do Conselho,
120 por experiências como pessoa portadora de deficiência, integrada a um movimento de
121 pessoas portadoras de deficiência no Brasil, militante nesta causa; teriam estas e outras
122 informações disponibilizadas nesse “inscrito”; em discurso conciso, ponderou que nos seus
123 quase quarenta anos de dedicação à causa das pessoas portadores de deficiência, aprendeu a
124 forjar uma personalidade, um caráter, um pensamento, uma filosofia de vida e, registrou a
125 preocupação com as divergências entre as pessoas de deficiência, entidades e segmentos
126 que defendem a causa. Esclareceu essas divergências, a saber: “temos um problema
127 comum, não vou falar um inimigo comum, mas temos um problema comum que abrange,
128 que abarca, que afeta a todos, que era ainda a discriminação e os preconceitos, havendo a

129 necessidade de procurarem juntos resolver essa situação junto à sociedade e aos Governos”;

130 ponderou que não estava vinculado ao governo, declarando-se uma pessoa aposentada,

131 porém independente e autônoma, e que não seguia regras impostas; fez um apelo para que

132 houvesse entendimento, com destaque as organizações de pessoas portadoras de

133 deficiências. aconselhando buscarem juntos os objetivos comuns a todos, que se estiverem

134 em comum acordo, organizados, estarão representando não só um pequeno grupo, mas

135 defendendo o interesse de milhões de pessoas e não o particular, o individual; concluiu

136 agradecendo a todos pela participação e pedindo desculpas realçando que não poderia

137 deixar de dizer tudo o que abordou em seu discurso. A seguir, o Presidente passou a palavra

138 à **Sra. Lúcia Severo** - Conselheira Titular do CONADE/FENEIS, que informou seu

139 afastamento do Conselho, e pedindo para que fosse lido o seu relato na íntegra, o qual

140 considerava ser um desabafo; consignou seus sentimentos com relação a sua atuação como

141 Conselheira e, que na trajetória, aprendeu e vivenciou experiências gratificantes;

142 mencionou suas dificuldades e limitações, registrando um desabafo, a saber: “... o que eu

143 aprendi principalmente que não é fácil ser gente, numa sociedade tão desinformada e cruel,

144 mas o pior não é isso, de verdade o pior é participar de um Conselho que luta pelas causas

145 das pessoas com deficiência, no entanto, neste Conselho há tanta individualidade, as

146 pessoas não lutam por um ideal de uma sociedade melhor e justa, mas lutam pelo seu ideal,

147 seu segmento. Quanto egoísmo! Viver é somar, multiplicar, e dividir”. A seguir, enalteceu e

148 agradeceu o Presidente pela sua atuação brilhante e por demonstrar-lhe preocupação;

149 estendeu suas palavras de reconhecimento e agradecimento à Sra. Márcia e aos

150 funcionários da Secretaria Executiva; prosseguiu exortando ao Conselho a não cometer as

151 mesmas falhas no novo mandato; proferiu palavras de carinho aos Conselheiros e se

152 colocou à disposição de todos, deixando como registro a frase de Fernando Pessoa: “Tudo

153 vale a pena quando a alma não é pequena!”; despediu-se do Conselho com um abraço;

154 antecipou sua apresentação dos itens de pauta do período da tarde: – **Revisão da Lei de**

155 **Concessão do IPI;** e - **Trabalho como taxistas dos Surdos e Ostmizados** - registrando

156 uma denúncia a respeito das restrições que o CONTRAN vinha fazendo à carteira dos

157 motoristas portadores de deficiência, com atividades remuneradas destacando os surdos;

158 solicitou que o CONADE, no novo biênio, juntamente com o Ministério Público,

159 intercedesse junto ao CONTRAN buscando uma solução para este problema. Tal denúncia

160 recebeu reforço da Conselheira **Maria Aparecida Gugel**, que a considerou de suma

161 importância, solicitando também ao CONADE um posicionamento a esse respeito junto ao
162 CONATRAM, visando buscar soluções para que os taxistas portadores de deficiência
163 obtivessem o direito de renovação de suas carteiras de habilitação para atividades
164 remuneradas. O Conselheiro **Alan Cortez de Lucena**, informou que na verdade esta
165 restrição não ocorria somente com as deficiências auditivas, mas a alguns tipos de
166 deficiência física; que as carteiras tinham a restrição de qual o tipo de veículo essa pessoa
167 estava habilitada a dirigir, com indicativo em baixo, por conta de uma instrução que é da
168 Medicina de Trânsito, era vedada a atividade remunerada para pessoas com deficiência
169 física; esta carteira tinha-se de se renovar a cada três anos; sugerindo que o que precisava-
170 se era fazer um estudo e estabelecer um entendimento com o CONTRAN e talvez com a
171 ABRAMED para se saber se seriam todos os deficientes aptos a dirigir um táxi, ou
172 qualquer outro veículo; expôs que sob o seu ponto-de-vista achava que em alguns casos
173 deveria haver limitações; informou já haver um processo encaminhado, que vinha fazendo
174 contatos com a ABRAMED, com o DETRAM de São Paulo, no sentido de começarem
175 formar uma opinião com o intuito de trazer para os colegas conselheiros, para pudessem
176 chegar a uma decisão, mas que naquele momento não se sentia a vontade nem argumentos
177 fundamentados de falar que os deficientes auditivos estavam ou não aptos a dirigirem como
178 atividade remunerada. Conselheira **Lúcia Severo da Costa**, discordando do exposto pelo
179 Conselheiro Alan, solicitou que o conselho não se deixasse levar por questões
180 preconceituosas, que analisassem bem a questão. Conselheira **Maria Aparecida Gugel**,
181 propôs que fosse criada uma comissão temática de conselheiros para estudarem melhor a
182 questão e fazerem um trabalho melhor elaborado por haver muitas peculiaridades na área
183 dos deficientes físicos e na questão das potencialidades para que pudessem dirigir um
184 veículo na atividade remunerada, convidando a ABRAMED, e o CONTRAN; mas que para
185 resolver a questão dos deficientes físicos, entendendo que não havia restrição e passou a ter,
186 fariam algo emergencial, um encontro com o CONTRAN e os órgãos afins, para tentarem
187 solucionar e encaminharem a questão dos surdos, pois em relação a estes havia sim
188 discriminação, além de ser a resolução 80 do CONTRAN inconstitucional pois não detinha
189 competência para legislar sobre trabalho ou atividade remunerada. Conselheiro **Alan**
190 **Cortez de Lucena**, esclareceu que não era contra o deficiente auditivo dirigir, muito pelo
191 contrário, achava que cada dia mais deficientes tinham que dirigir, por conta até da
192 necessidade de locomoção; o que se tinha era uma questão técnica, e achava que não

193 deviam ser tratadas isoladamente como estava sendo colocada, o deficiente físico, e o
194 deficiente auditivo, visando a não criarem problemas como aquele, devendo-se estudar
195 mais e com cuidado para darem um tratamento conjunto às coisas; com relação ao IPI,
196 informou que do ponto de vista da Câmara do Projeto de Lei que estava tramitando, do
197 estudo do impacto feito pela Receita Federal era de que a isenção era concedida sob o ponto
198 de vista da locomoção e não do econômico; que então, cegos, deficientes mentais severos,
199 paraplégicos, tetraplégicos, deficientes físicos, todos aqueles que estão no decreto 3298/99
200 tendo um comprometimento ambulatorial grave e por isso, pela falta de acessibilidade no
201 transporte público concedeu-se o favor legal da isenção, mas que o deficiente auditivo por
202 mais que ele tivesse dificuldades nada o impede de subir a uma escada do ônibus, de
203 adentrar dentro de um equipamento de metrô sendo esse o entendimento. Expôs que na
204 época que foi feito o relatório existiu todo um esforço para incluir a isenção de impostos
205 para o deficiente auditivo e também a isenção de imposto de importação para cadeiras de
206 rodas e aparelhos de audição, e que o Deputado Leonardo Matos falou: “Alan, não passa!
207 Se forçar a barra nós vamos perder tudo”, e tanto foi que depois no Senado foi vetado;
208 explicou que o que faltava agora era os deficientes auditivos formularem uma proposta que
209 contemplasse e justificasse o porquê da isenção, procurarem um parlamentar que
210 propusesse essa lei, que depois vindo para o CONADE, sendo apoiado se for bem
211 justificado; concluiu querendo deixar bem claro que estava bem fundamentado no relatório
212 que o CONADE tinha em mãos, no qual inclusive antes de ser proposto para o Deputado
213 Leonardo Matos foi apresentado a todos os conselheiros, não iria mais aceitar o nome de o
214 alzo dos deficientes auditivos não terem conseguido o IPI dos veículos achando isso não
215 ser o correto. O Dr. **Marcos Cordeiro de Souza Barbosa** - Ministério dos Transportes, se
216 mostrou surpreso com a não permissão para um surdo dirigir e ser remunerado, levando em
217 conta seu caso pessoal como deficiente auditivo, 30 anos de direção e nunca ter batido;
218 garantindo ao plenário que um deficiente auditivo na direção remunerada, ele talvez fosse
219 melhor motorista do que muitas pessoas sem deficiência; e com relação a isenção de
220 impostos para importação de aparelhos que iria lutar muito em defesa deste direito, usando
221 toda a sua experiência na área de orçamento, usando sua força pessoal de nunca ter permitido
222 que sua deficiência fosse empecilho para sua vida. O Conselheiro **Alan Cortez de Lucena**,
223 informou que o projeto foi vetado no Senado pelo Senador Tasso Gereissati, que em seu
224 relato disse que existia no Brasil indústrias de aparelhos de surdez que já tinham isenção de

225 impostos, sendo um dos motivos que não deixara passar. O Conselheiro **Antônio Carlos**
226 **Sestaro**, reafirmou todo o esforço que o Conselheiro Alan teve quando da modificação da
227 isenção do IPI em buscar a contemplação da pessoa com deficiência auditiva, havendo sim
228 barreiras no próprio Congresso Nacional; e aproveitando o momento trouxe ao CONADE
229 denuncia de uma situação que estava ocorrendo em algumas regiões onde a Receita Federal
230 para poder atender o que estava contemplado, repassou aos médicos do INSS um laudo
231 médico para poderem dar a isenção, mas isso não vinha acontecendo porque o INSS disse
232 que não tinha obrigação nenhuma de dar esse laudo e os médicos recusavam-se a atenderem
233 as pessoas; informou ainda que em conversa com o Conselheiro do CONADE,
234 representante do Ministério da Previdência, este confirmou que eles realmente não tinham
235 essa responsabilidade; e por ter-se criado um benefício que na verdade lá na ponta não
236 estava sendo atendido por uma divergência de competências, achava que esta situação
237 deveria por parte do CONADE, ser analisada em busca de solução, porque as pessoas
238 estavam pagando clínicas credenciadas para poder conseguirem esse laudo. A Dra. **Érika**
239 **Pisaneschi** – Ministério da Saúde esclareceu que o SUS fornecia as próteses auditivas, e
240 como estava sendo colocada essa discussão importantíssima com relação aos impostos,
241 pontuou que não era preciso o artifício de instituições fazerem doações de aparelhos, até
242 porque era uma assunto tratado na Portaria 432 que estava sendo reformulada, com
243 proposta de que esta Portaria passe a tratar da saúde auditiva de uma forma mais global
244 onde a questão da protetização será colocada. Conselheira **Cândida Carvalheira**, por
245 considerar este tema ser muito importante, podendo enfrentar alguns problemas em sua
246 discussão e análise, sugeriu dois pontos de pauta para a próxima reunião: a) questão da
247 importação de todos os equipamentos necessários e ajudas técnicas para as pessoas com
248 deficiências, questionando a posição do governo; b) quanto ao cumprimento da lei na
249 isenção do Imposto de Renda pela Receita Federal, diante de todas as deficiências e
250 condições de atesto não fornecido pelos médicos da perícia do INSS Sugestão esta acatada
251 pelo Presidente da mesa. Com a palavra Conselheira **Lúcia Severo da Costa**, aproveitou e
252 disse que antes de se vetar qualquer projeto voltado ao atendimento da pessoa portadora de
253 deficiência, os Deputados e Senadores deveriam conhecer melhor as necessidades destes de
254 uma forma geral, e que a opção do deficiente auditivo usar ou não o aparelho fosse
255 respeitado, não sendo esta opção um empecilho para aquisição de sua permissão; concluiu
256 com agradecimento a atenção de todos. Conselheiro **Alan Cortez de Lucena**, fez um

257 encaminhamento quanto a questão da isenção de imposto de importação dos aparelhos
258 auditivos, *que na próxima gestão pudessem criar uma comissão de estudos tributários*
259 *sobre os impostos incidentes da pessoa com deficiência, talvez uma comissão que ficasse*
260 *permanentemente estudando e tentando levantar porque o tratamento tributário da pessoa*
261 *com deficiência tinha tratamento desigual.* O Presidente da mesa acatou o
262 encaminhamento, e diante de todo o exposto solicitou que a Conselheira **Maria Aparecida**
263 **Gugel** encaminhasse a primeira parte do debatido; esta iniciou falando que diante do
264 depoimento do Dr. Marcos, ao dizer que o aparelho servia para que ouvisse o som do
265 passarinho, não restava mais dúvida nenhuma de que a Instrução 80 naquele caso era
266 absolutamente imprópria e inconstitucional, porque ia de encontro a todos os parâmetros da
267 inclusão; e objetivando *propôs que um grupo de Conselheiros fossem se sentar com o*
268 *CONTRAN para discutir essa Resolução, para resolver a questão do auditivo com esse*
269 *óbice de habilitação em diferentes categorias para atividades remunerada.* O Presidente
270 **Adilson Ventura**, então levou a proposta para votação da plenária, **sendo aprovada por**
271 **unanimidade, ficando a comissão formada pela Conselheira Maria Aparecida Gugel,**
272 **Dr. Marcos Cordeiro, e Dra. Érika Pisaneschi, para contato imediato com o**
273 **CONTRAN, ficando aberto o espaço de se mais alguém quisesse participar deste**
274 **grupo pudesse participar.** E quanto a proposta de encaminhamento do Conselheiro Alan
275 Cortez, **ficou definido que se a comissão seria criada, mas que seria assunto de pauta a**
276 **criação formal e a constituição da Comissão Permanente. ITEM III – Informe do**
277 **Grupo de Trabalho Instituído para Analisar o Estatuto da Pessoa com Deficiência - O**
278 Presidente **Adilson Ventura**, esclareceu que foi criada uma comissão que se reuniu na
279 segunda feira, analisando a questão do Estatuto; e após um breve relato do histórico
280 informou que esta comissão havia elaborado um parecer no qual seria submetido a
281 apreciação do plenário. Em apresentação a Conselheira **Maria Aparecida Gugel**, informou
282 que grupo foi instituído na 31ª Reunião Ordinária, sendo integrantes os conselheiros
283 representantes da FEBIEX, ONEDEF, CNC, FENEIS, Federação Brasileira das
284 Associações de Síndrome de Down, Ministério da Educação, Ministérios Públicos do
285 Trabalho e Federal, Secretaria Especial de Direitos Humanos sob a presidência do nosso
286 presidente o professor Adilson. Os pontos considerados foram: I - considerando as
287 informações recebidas de Conselhos Estaduais e Municipais de que o conteúdo do Projeto
288 de Lei em referência não estava sendo efetivo e adequadamente discutido em âmbito

289 regional com a inexistência de representatividade das entidades de e para portadores de
290 deficiências; II - considerando o resultado do 1º Encontro Nacional de Conselhos Estaduais
291 e Municipais realizado em dezembro de 2003 em Brasília, de rejeição ao Projeto de Lei por
292 falta de efetiva discussão pública; III - considerando os conteúdos dos Projetos de Lei
293 simultaneamente em curso junto ao Senado e à Câmara Federal; IV - considerando que
294 esses Conselhos não receberam até o momento o documento em forma de substitutivo para
295 análise. Posicionavam-se no sentido de referendar o parecer da Comissão Técnica instituído
296 pela CORDE no sentido de rejeitar a proposta do PLS 429/2003, devendo este
297 posicionamento ser comunicado aos senhores parlamentares, aos Conselhos Estaduais e
298 Municipais e à população em geral. E informou que em anexo estavam os documentos
299 elaborados pelo CORDE e o referido Projeto de Lei. Passando em seguida a leitura do
300 conteúdo do parecer técnico da CORDE. Após tal leitura, o Presidente colocou à apreciação
301 da plenária para manifestações, dúvidas e esclarecimentos, e foi encaminhada para votação,
302 e o CONADE resolveu: **por 17 (dezesete) votos favoráveis e nenhuma abstenção,**
303 **acatar o resultado da análise do referido Projeto, realizada pela CORDE, rejeitando,**
304 **na íntegra, o Projeto de Lei supracitado, devido o mesmo não atender às necessidades**
305 **dos segmentos e das pessoas portadoras de deficiências como um todo no Brasil.**
306 **Aprovado por unanimidade.** Diante do resultado ser necessário ter ampla divulgação, foi
307 sugerido pela Conselheira **Cândida Carvalheira**, que se aguardasse a presença do Dr.
308 Mário Mamede para se obter mais uma opinião, sobre a melhor forma e as diretrizes para a
309 divulgação deste documento, e para que isso acontecesse houvesse uma inversão da pauta,
310 sendo antecipados. Foi solicitado também pelo Conselheiro **Luís Alberto Silva**, por
311 impossibilidade de comparecer no período da tarde a reunião, de estar apresentando seu
312 relato naquele momento. O Presidente submeteu as solicitações de inversão de pauta ao
313 plenário, **sendo acatado por unanimidade. ITEM IV – Inclusão Educacional,**
314 **apresentação Conselheiro Luís Alberto Silva** – Que iniciou fazendo duas colocações: a)
315 protocolando oficialmente no CONADE a carta de Santa Catarina; e b) manifesto feito pela
316 Confederação Nacional das APAE's. No que tangia a carta de Santa Catarina informou que
317 a Federação tinha solicitado no CONADE uma comissão Para verificar os equívocos do
318 país com respeito à inclusão educacional, mas que no trabalho de capacitar todas as pessoas
319 voltadas para a inclusão dentro das APAE's se criou um curso de capacitação em Santa
320 Catarina onde participaram 6 (seis) pessoas de cada Estado ligados ao Movimentos das

321 APAE's que eram a Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica, de Artes, de
322 Educação Física, de Informática, de Trabalho e de Articulação, o Governo do Estado de
323 Santa Catarina através da Secretaria de Educação, 6 (seis) Prefeituras Municipais, através
324 da Secretaria Municipal de Educação, a Confederação Nacional das Escolas Particulares, a
325 Federação Interestadual das Escolas Particulares e o Sindicato das Escolas Particulares de
326 Santa Catarina; tendo com isso três segmentos para abrir uma discussão nesse sentido e
327 criar uma capacitação de uma visão holística de inclusão educacional realizada na prática se
328 tendo daí um subsídio; a carta representa este subsídio ao Governo Brasileiro para olhar a
329 inclusão educação nesse país e da realidade desse país, não baseada em leis e diretrizes
330 internacionais que vem fazendo do país uma verdadeira exclusão; quanto ao manifesto de
331 repúdio pela discriminação acontecida, aonde a Diretoria Executiva da Federação Nacional
332 se coloca bem clara com relação à Medida Provisória 139 do Governo, o Movimento das
333 APAE's entende que dadas as diversas dificuldades de compressão e muitas vezes por parte
334 de Conselheiros do CONADE de não ter criado uma comissão para ir em prática na base
335 verificar o sofrimento das pessoas, defende dois milhões, seiscentos e cinquenta mil
336 pessoas com deficiência mental que vive abaixo da linha da pobreza, irão tomar todas as
337 providências legais que a pessoa com deficiência mental tem direito, através do Procurador
338 e Assessores Jurídicos da Federação; onde não admitirão mais conversas de corredores e
339 nem, tampouco, querem ouvir acusações de segregadores, de clientelistas por estarem
340 fazendo aquilo que o governo devia fazer, aquilo que a sociedade devia defender o
341 atendimento educacional de direito das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza;
342 informou que todos os Deputados estariam recebendo esse manifesto como toda a
343 sociedade e toda a imprensa, e que não teriam medo de percorrer e garantir o direito dessas
344 pessoas. Estava entregando também um documento encaminhado pelo Ministério Público
345 Federal de São Paulo onde colocava a APAE de Avaré e a APAE de Cerqueira César,
346 baseado numa denúncia de uma ex-funcionária que foi demitida da APAE de não estarem
347 fazendo um atendimento adequado às pessoas com deficiências, a Procuradoria apagou o
348 nome dessa pessoa e encaminhou esse documento para todos os órgãos, inclusive a
349 Federação Nacional; a Promotoria daqueles Municípios não aceitaram o documento e
350 solicitaram que o nome da pessoa que denunciava fosse explícito e assim aconteceu; a
351 Federação Nacional estava naquele dia encaminhando-o oficialmente, e solicitou a
352 secretaria da reunião que distribuísse o relatório aos presentes; era um processo onde

353 constava o parecer positivo de funcionamento da instituição de todos os órgãos que lá
354 foram fiscalizar: Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação,
355 Conselho Estadual de Educação e Ministério Público, Estadual, Municipal e, inclusive, a
356 Federação Nacional; concluindo que as denúncias eram infundadas e as APAE's estão
357 entrando na justiça por pedido de crime e danos morais contra a pessoa que fez a denúncia;
358 disse ser compreensível o movimento das APAE's; que o Movimento das APAE's tinha
359 orgulho da política que ela fazia até sua base, e que orgulho maior era o da Federação por
360 estar em cada Município mostrando a clareza, a retidão do movimento que tinha coragem
361 de estar fazendo o atendimento às pessoas que vivem abaixo da pobreza, e fez mais uma
362 denúncia, de que estava havendo um descaso tanto das fundações empresarial quanto
363 governamental fugindo do atendimento a estas pessoas, que as creches dos Municípios
364 estão mandando de volta para os morros e para as suas vilas abaixo da sobrevivência as
365 pessoas que estavam atendendo, as Prefeituras estão cortando o período integral para meio
366 período alegando falta de verba; *pediu a todos os Conselheiros que estavam presentes que*
367 *aprovassem a comissão para descerem a base e verificarem o que estavam fazendo por*
368 *essa população, aproveitando e indo até Goiás e verificando se a política de inclusão que*
369 *diziam ser a melhor do país estava acontecendo mesmo*; complementou dizendo que a
370 política de inclusão educacional tinha de acontecer sim, mas não esquecendo de fazer junto
371 a inclusão social; que ficava triste de ver que se não fosse a solidariedade, a união da
372 comunidade de cada Município através de *Rotary Clubs, Lions*, maçônicas e outras
373 comunidades organizadas, essas pessoas estariam excluídas, amarradas num pé de mesa, ou
374 presas num quarto; concluiu agradecendo e se colocando a disposição do CONADE para
375 apresentar a documentação, para fazerem o que quisessem nessa abertura total. Em espaço
376 aberto foram registrados as intervenções: Conselheiro **Mauro Meireles Pena**,
377 encaminhando-se favorável a criação da Comissão, e concordando completamente com a
378 sua indignação, achando realmente que o CONADE, deveria apoiar inteiramente a
379 solicitação não a nível individual mas de Conselho; e as Conselheiras **Regina Lúcia**
380 **Barata Pinheiro** e **Maria do Carmo Tourinho** se colocaram a disposição pro que fosse
381 necessário. Enquanto como Presidente interino o Conselheiro **José Rafael Miranda**,
382 recebeu prontamente os documentos que foram protocolados, **se colocando em posição de**
383 **estar convocando as pessoas e os órgãos ligados a esta questão da inclusão para**
384 **prestarem seus depoimentos e exporem até que ponto estas ações estão sendo feitas,**

385 **para que assim o Conselho tenha argumentos e condições de criar a Comissão.** Passou
386 em seguida a palavra para que fosse feito a apresentação do próximo ponto de pauta. **ITEM**
387 **IV – Informe da Comissão Provisória para analisar o PPA 2004/2007** - Apresentação
388 iniciada pela Conselheira **Lizair de Moraes Guarino**, informando que foram feitas duas
389 reuniões, onde começaram a trabalhar em cima dos documentos que tinham do Conselho,
390 com referencia a parte de educação e de saúde, de onde surgiram vários questionamentos
391 inclusive de informações que não constavam ali; diante disso foi solicitado ao presidente da
392 Comissão que convocasse o Secretário de Política de Planejamento, para que pudesse
393 ensinar, defender ou colocar os pontos que estavam sem entendimento. Neste momento o
394 Conselheiro e membro da Comissão **Mauro Meirelles Pena**, complementou que por
395 haverem verificado a extrema complexidade da tarefa que a eles foi dada, e por acharem
396 que não se tratava de algo que pudesse ser avaliado de forma superficial, e ao fazerem
397 análises mais profundas e em cima de experiências passadas, viram a necessidade de se
398 fazer uma coisa consciente, com tempo de se sentar e repensar o problema. Retomando a
399 palavra a Conselheira **Lizair de Moraes Guarino**, disse que por nenhuma informação ter
400 confirmação, decidiram que não haviam condições de poderem analisar sem ouvir o
401 planejamento e sem fazer um estudo mais profundo. O Conselheiro **Mauro Meirelles Pena**
402 em adendo, achava que não deviam fazer uma comissão, mas serem escolhidos os PPA's
403 ligados a cada Ministério de onde poderiam ver as pessoas que poderiam participar da
404 análise de cada um deles, pessoas que entendessem e tivessem uma vivência sobre o
405 assunto tratado ali, para que assim saísse opiniões mais conscientes de todos. Concluído
406 esta apresentação a Conselheira **Cândida Carvalheira**, sugeriu para o plenário que o
407 CONADE não deveria ter esta Comissão voltada para orçamento, mas se ter uma pessoa
408 para compor a Secretaria Executiva do CONADE que fosse voltada para a questão de
409 orçamento facilitando, diante do que a Comissão Provisória colocou, a discussão do
410 orçamento para que pudessem acompanhar, uma vez que via que não era só em relação ao
411 PPA 2004/2007 mas também por sentir que a questão financeira mobilizava tudo, mas
412 acompanhar o orçamento como que estava sendo aplicado, onde não, para ai sim poderem
413 atuar no controle social em relação as políticas, em relação a pessoa com deficiência. O
414 Conselheiro **Marcos Cordeiro de Souza Bandeira** após algumas colocações pertinentes,
415 se colocou a disposição para a composição desta comissão com humildade para que
416 pudesse ajudar na elaboração de um grande e belíssimo trabalho, por ter condições e

417 experiência para tal. O Presidente **José Rafael Miranda**, acatou a **sugestão de criação**
418 **desta Comissão voltada para o orçamento, ficando esta de ser votada e formalizada no**
419 **momento oportuno, e vendo que este assunto deveria ser tratado com seriedade por**
420 **ser muito complexo.** Informou em seguida, a chegada do Secretário Mário Mamede à
421 plenária. **ITEM V – Discussão acerca dos resultados do I Encontro Nacional de Conselhos**
422 **e ITEM VI – Discussão acerca dos Conselhos Estaduais e Municipais que não**
423 **respeitam as diretrizes do CONADE para implantação de Conselhos:** com a palavra
424 Conselheira **Cândida Carvalheira**. Esta iniciou informando que os resultados do 1º
425 Encontro Nacional com todos os pontos aprovados, inclusive, a moção de transformação da
426 CORDE em Secretaria Especial para os Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, foram
427 entregues a Secretaria de Direitos Humanos dar o seu olhar final para ser divulgado a
428 população como um todo do país. Com isso levantou dois pontos a serem apreciados pelo
429 Secretário Mario Mamede: a) se o documento apresentado à Secretaria estava em acordo;
430 b) que o II Encontro de Conselho Nacional que iria sair, perguntando como seriam
431 divididas as responsabilidades principalmente quanto a orçamentos; c) como seria cobrado
432 o retorno do material da Fundação Banco do Brasil, que ficou responsável pelo anais do
433 Encontro; e d) com relação a Assessoria Jurídica quanto a questão da diretrizes, uma vez
434 que também acabaram-se todas as edições em braile de tinta, e a solicitações do país
435 estavam sendo enorme, precisando ser publicada novamente. Em colocações ao exposto o
436 Secretário **Mário Mamede** disse que após ter ouvido a explanação da Conselheira, ficou se
437 perguntando se teria que acrescentar algo a sua fala, porque concordaria absolutamente com
438 tudo, assim como o que estava no documento a ele apresentado; depois da leitura de tal
439 documento observou que alguma funções cabiam essencialmente ao CONADE como ação
440 política, outras à Secretaria como apoio institucional obrigatório para fortalecer a ação do
441 CONADE, outras dependiam de uma articulação com a Sociedade Civil, através das suas
442 organizações que tinham um foco temático, outras questões dependiam do Ministério
443 Público Estadual ou Federal dele agir sendo o parceiro mais importante, outras estavam
444 ligadas a missão política do Governo Estadual implementar as possibilidades,
445 acessibilidades, oportunidades no mercado de trabalho, capacitação, acesso aos
446 equipamentos públicos, como também em relação ao Município; havendo uma
447 complexidade grande neste ponto porque as organizações dos conselhos elas tinham
448 momentos diferentes, histórias diferentes, tem perfis políticos ideológicos diferentes quer

449 queriam, ou não; pelos muitos desafios que precisavam enfrentar, achava o documento
450 muito rico na sua essência como se era de esperar, resultante de uma discussão rica;
451 pensava que o movimento devesse pegar o documento e se debruçar, somando-se as
452 questões já colocadas e que ele apenas reafirmava; talvez discutir como estava sendo feito
453 em relação ao Conselho Nacional de Direitos Humanos os princípios que não podiam ser
454 quebrados, primeiro: capacidade da auto-convocação, e segundo: equilíbrio paritário,
455 representação plural da sociedade; concluindo que a sua proposta seria: abraçar os
456 comentários da Conselheira Cândida, sistematizando as idéias, colocando o que cabia a
457 cada um; consultar a Assessoria Jurídica da Presidência ao qual eram vinculados para
458 verem que dispositivos legais poderiam se dispor para fazerem pressões e gestões junto aos
459 Estados e Municípios tendo um Ministério Público como parceiro contribuindo nessa
460 construção; que o Conselho ficava com plena liberdade para fazer esse esboço, essa
461 estrutura de organização do conteúdo do documento sem quebra das suas várias questões e
462 depois sentariam ou fariam juntos; deixou a critério do colegiado acatar ou não. Em
463 resposta a Conselheira **Cândida Carvalheira** disse achar que nenhum conselheiro estaria
464 contra essa proposta, mas já prontos para começarem a trabalhar, resgatando os
465 documentos, ajeitando-os para tornar público todas aquelas propostas aprovadas no
466 encontro de conselhos, e também já fazerem a divisão como o Secretário orientou, que para
467 a questão não só das diretrizes como também da Secretaria Especial para Pessoa Portadora
468 de Deficiência, que aí teria que ser encaminhada ao Presidente para que ele mandasse
469 estudar se era possível ou não; e achando que este documento, estava vindo de um encontro
470 de conselhos que teve a Sociedade Civil toda solicitando essa transformação não só uma
471 Coordenadoria mas uma Secretaria Especial para Pessoa Portadora de Deficiência, e como
472 primeiro passo já sentariam Conselho e Secretaria juntos para não perder tempo, já
473 verificando a arrumação proposta. O Secretário **Mário Mamede**, informou que *quanto a*
474 *questão da publicação da decisão do CONADE de não acatar o modo como foi*
475 *encaminhado, cabia a Secretaria respeitar esta decisão; e quanto ao outro momento em*
476 *que o CONADE solicitou que a Secretaria emprestasse o mais amplo apoio para a*
477 *divulgação do encaminhamento, achava que o primeiro movimento deveria ser do*
478 *CONADE colocar nas suas correspondências, na internet, e solicitar ao CORDE e a*
479 *própria Secretaria para que desse divulgação que possa se fazer chegar esta resolução à*
480 *sociedade e às autoridades, evitando assim a criação de uma situação conflitiva com o*

481 *outro poder; quanto a questão da imprensa iria falar com a Sra. Marina, para se passado*
482 *ao Conselho os contatos que poderiam facilitar este primeiro contato com o setor da*
483 *imprensa; e usando de sinceridade concluiu que não cabia a Secretaria dar comando a*
484 *esta ação. A Sra. Carolina, com últimos informes a respeito do que foi tratado, passou: a)*
485 *quando forem divulgar o resultado da plenária, seria dito o próximo passo que o CORDE e*
486 *o CONADE estariam tomando; b) estava-se naquele momento buscando e em negociação*
487 *com outros parceiros para que pudessem reeditar a cartilha de Conselhos, e outras coisas*
488 *que o CORDE e o CONADE precisavam. O Presidente José Rafael Miranda, agradeceu a*
489 *presença do Secretário e deu por encerrado o período da manhã, anunciando o recesso para*
490 *o almoço. No período da tarde, o Presidente interino José Rafael Miranda, iniciou os*
491 *trabalhos até que o Presidente Adilson Ventura pudesse estar chegando a reunião; informou*
492 *que dois itens - Avaliação da atuação do CONADE do biênio 2002/2003 aspectos positivos*
493 *e negativos de propostas de melhoria e Capacitação dos novos Conselheiros a serem*
494 *apresentados pelo Presidente do CONADE – seriam jogados para a pauta da tarde; e que a*
495 *seqüência para o momento seria acompanhar a ordem inicial da pauta para as*
496 *apresentações. ITEM VII – Apresentação da Política de Acessibilidade da SeMOB,*
497 **Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, Ministério das Cidades** – o
498 **Diretor do SeMOB Sr. Renato Boareto** iniciou sua apresentação informando que o assunto
499 **A acessibilidade para as pessoas com deficiência tem sido trabalhado muito no Ministério**
500 **das cidades, particularmente na Secretaria de Transportes de Mobilidade Urbana; desde o**
501 **ano passado estavam discutido com o Conjunto de Identidades Nacionais um programa em**
502 **que o Ministério das Cidades organizasse a sua ação junto ao Municípios; o objetivo era**
503 **estarem debatendo nesse fórum era justamente dialogar com a sociedade sobre a**
504 **expectativa da reação e atuação do Ministério das Cidades e também prepararem um**
505 **programa pela demanda do Ministro Olívio Dutra visando abordar a questão da**
506 **humanização das cidades, levando-se em consideração as pessoas com deficiência e**
507 **também as pessoas idosas; um dos motivos da apresentação era apresentar mais detalhado o**
508 **estágio que estavam e falarem do lançamento do programa no próximo mês de junho; após**
509 **um breve relato sobre a estrutura do Ministério das Cidades, passou a pontuar alguns**
510 **conceitos: I - igualdade de direitos e capacitação de oportunidades, e construir a igualdade**
511 **respeitando as diferenças; II – ampliação da abordagem da simples eliminação de barreiras**
512 **arquitetônicas que já seria um avanço muito grande; III - inclusão social com abordagem da**

513 mobilidade urbana; IV - capacidade das pessoas se deslocarem é um atributo associado às
514 pessoas e aos bens; V - o conceito de mobilidade urbana sustentável; VI - Garantia da
515 acessibilidade equiparada a oportunidades, garantia do exercício dos direitos fundamentais,
516 estimular as organizações das pessoas com deficiência, sensibilizar a comunidade sobre o
517 assunto e desenvolver projetos em parcerias com a sociedade civil. Que o programa se
518 pautava em como fazer, uma vez que se tinha; Legislação Municipal, Estadual e a
519 Legislação Federal; o programa trabalharia com difusão, capacitação e fomento de projetos,
520 no item transporte público teriam como desafio acesso a veículos, estruturação ou não de
521 sistemas específicos, critérios para isenção tarifária, sistema de bilhetagem, comunicação
522 com o usuário, eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações de transportes, táxis
523 adaptados, modos particulares de transportes; tudo aquilo que dizia respeito aos meios de
524 transporte; o programa já tinha um nome de Programa Brasileiro de Acessibilidade
525 Urbana, mas teve o nome encurtado para Programa Brasil Acessível; tem alguns objetivos
526 de eliminação de barreiras mas o objetivo principal é apoiar os Municípios a terem os seus
527 programas municipais; estão trabalhando com quais instrumentos poderiam atingi-lo como:
528 publicação de material informativo, divulgação dos materiais existentes da CORDE de
529 todas entidades que trabalham nessa área, realização de Seminários Nacionais e
530 Internacionais naquilo que for concernente à elaboração da política do Ministério das
531 Cidades, edição de normas e diretrizes, realização e fomento de pesquisas; em junho, no
532 lançamento do programa estarão apresentando o primeiro relatório parcial; a criação e o
533 estabelecimento de novas fontes de financiamentos, sejam eles os recursos do Ministério
534 das Cidades como dos bancos estatais, dos bancos oficiais e dos demais bancos; foi lançado
535 no ano passado o pró-transporte, por orientação diretamente a cento e trinta Municípios que
536 elaboraram seus projetos para solicitarem financiamentos, estando com sessenta e cinco
537 pedidos oficiais de financiamento, todos eles já contemplando à acessibilidade na infra-
538 estrutura de transporte público, requisito colocado nos outros programas do Ministério das
539 Cidades, principalmente, da Secretaria de Mobilidade que envolvia infra-estrutura, seja ele
540 empréstimos aos Municípios, seja ele repasse de recursos federais a fundo perdido; quanto
541 a pesquisa mencionada eram quatrocentos e trinta e sete Municípios que envolvia
542 quantificação e legislação, sistema de comunicação, o que os Municípios hoje estavam
543 fazendo no que dizia respeito a circulação das pessoas pelos espaços públicos; os desafios
544 dos programas municipais que tem trabalhado, mesmo não dizendo respeito à atuação do

545 Ministério das Cidades, mas eram elementos importantes para definirem a efetividade dessa
546 política; desenvolvimento de meios não motorizados de transporte, e aí é toda a parte de
547 ciclovias, então todos os projetos que o Ministério das Cidades está procurando desenvolver;
548 que não estava falando somente de um programa que tinha como objetivo atender somente
549 parte da sociedade, mas é uma política de humanização da cidade a partir da visão das
550 necessidades das pessoas com deficiência e os idosos das necessidade que eles têm para
551 usufruírem da cidade; que a resposta que estavam procurando apresentar como idéias,
552 conceitos, iniciativas aqui expostos estão sendo submetidos a debate, sendo este mais um
553 fórum; concluiu aproveitando para convidar a todos os presentes para estarem no dia 2 de
554 junho no lançamento desse programa em nível nacional, e que no segundo semestre
555 estariam trabalhando, principalmente a produção de materiais e realização de pesquisas e a
556 discussão desse programa, e estão previstas também a realização de mais 3 (três) plenárias
557 nacionais de discussão; esperam já ter para 2005 e 2006 efetivamente a implantação desse
558 programa com parceiros nacionais, regionais e locais que serão os Municípios que aderirem
559 ao programa; encerrando colocou-se abertos a colaborações, ajudas, críticas, sugestões para
560 que consigam formatar o programa e aprofundar a sua abrangência, e agradeceu o espaço.
561 Após as intervenções, perguntas e esclarecimentos, o Sr. **Renato Boareto** *deixou alguns*
562 *folhetos da Secretaria, para que os presentes tomassem um pouco somente de*
563 *conhecimento sobre o programa na sua fase inicial.* Neste momento já tendo retomando a
564 posição de Presidente, Professor **Adilson Ventura** agradeceu a participação do Sr. Renato,
565 informando que no novo CONADE o Ministério das Cidades seria membro dos órgãos do
566 governo, e com isso teriam bastante tempo para acompanharem e discutirem sobre este
567 plano que o Ministério pretendia desenvolver no Brasil. Aproveitando a oportunidade
568 propôs aos conselheiros a seguinte ação, referente ao **ITEM IX** da pauta da manhã que foi
569 transferida para tarde - **Capacitação dos novos Conselheiros** -: *que as duas primeiras*
570 *reuniões do novo CONADE, a de junho após a posse e a de Julho, fosse feito uma*
571 *capacitação, um treinamento dos conselheiros, com apresentação de todas as áreas de*
572 *deficientes com explanações de como eram suas organizações.* Em seguida passou para o
573 plenário se manifestar sobre a proposta, **havendo um acatamento unânime.** **ITEM VIII –**
574 **Informações sobre os encaminhamentos de projetos, convênios e prestação de contas –**
575 Sra. **Rose Araújo** explicou que sua atuação era analisar os projetos, e estava ali para
576 mostrar como preencher o plano de trabalho, projeto base porque isso aí traz um problema

577 porque voltava convênio, voltava para assinar, voltava para fazer; que estavam
578 desenvolvendo naquele momento a ação de capacitação de técnicos, profissionais, eventos,
579 edição em publicação, estudos e pesquisas e implantação de conselhos; passou que a missão
580 da Secretaria era conscientizar a população brasileira sobre seus direitos individuais
581 coletivos, difusos, abrangendo os direitos civis, políticos e econômicos, sociais e culturais;
582 informações adicionais para o evento, torna-se muito importante porque em todo o material
583 de divulgação tinha-se que constar apoio: Secretário Especial dos Direitos Humanos e a
584 logomarca do Governo Federal não entra mais Coordenadoria Nacional; todo o programa
585 de divulgação, como cartaz, folder, ou seja, edição de alguma publicação tinha-se que ser
586 enviado o lay-out para que a Secretaria pudesse mandar para a Assessoria de Comunicação
587 Social da Presidência da República para seja feita a revisão para saber se está tudo correto,
588 e depois incluir dentro do processo; o plano de trabalho, que são os dados do proponente,
589 tem-se que preencher o nome da instituição, a cidade, o CEP, o e-mail; a vigência é a partir
590 da data da assinatura do convênio, é o período de execução; prestação de contas; prestação
591 de contas após o período de execução tem o prazo de 60 dias; quando se falou em outros
592 partícipes ou interveniente com a nova IN esclareceu que a IN 01/97 ela sofreu várias
593 modificações, exigindo agora que as instituições privadas agora são obrigadas a tratar do
594 processo de licitação quando não existia isso anteriormente; esclareceu que o interveniente
595 é o que executará, é o que vai se responsabilizar, o proponente, é o que vai receber o
596 dinheiro, e vai trabalhar em cima daquele projeto mas a responsabilidade, também, é do
597 interveniente como qualquer coisa se o proponente não executou, não agiu direto em
598 relação àquele o interveniente, também, será responsável; na identificação do objeto é
599 importante que se use sempre o verbo reciclar, capacitar; que é no infinitivo e sempre
600 colocando quantas pessoas serão beneficiados; na justificativa da proposição, é necessário
601 justificar o nome do projeto, qual o objetivo, o período de execução, o término, a data com
602 que farão cada etapa de execução do projeto, a cada etapa colocarem o indicador físico, e a
603 cada etapa tem-se que repetir a questão de que será executada a partir da data da assinatura
604 do convênio; quanto a questão da tramitação esclareceu que dependia do fator
605 orçamentário, documentação, tempo; sugeriu que para analisar o projeto fosse encaminhado
606 apenas o projeto básico, que após análise do detalhamento orçamentário e mediante se os
607 recursos forem liberados para a ação que se pré dispôs a instituição é liberado o projeto e aí
608 sim é pedido o encaminhamento de toda a documentação; e para deixar claro quanto a

609 questão dos apoios, disse que tudo dependia dos recursos que foram liberado para cada
610 ação; o plano de aplicação vai entrar os mesmos itens que constaram nas etapas e indicador
611 físico, transcrevendo para o plano de aplicação a consolidação; um detalhe muito
612 importante que agora seria exigida a contrapartida da instituição privada, que a partir da
613 capacidade financeira da instituição, tinha que constar que ela deu algum valor em
614 contrapartida e que não poderia ser oferecido em pessoal, tinha que ser em bens
615 mensuráveis; o cronograma de desembolso subtende-se que é no mesmo mês que vai ser
616 liberada a verba; é interessante que o recurso seja liberado com um mês ou até três meses
617 até de antecedência. A Coordenadora de Planejamento Dra. **Rose Valente**, complementou
618 alertando para que na questão da contrapartida no sentido de colocarem o mínimo que será
619 solicitado, porque depois na hora da prestação de contas terão que prestar contas em cima
620 do valor total que deram de contrapartida e se por algum motivo não aconteceu, terão que
621 devolver dinheiro. **Rose Araújo** ainda orientou para que não colocassem data, como a
622 solicitação de verba tinha validade por 30 dias, sendo este detalhe um atraso no andamento
623 do processo, porque quando ele voltava da jurídica já estava vencido porque estava datado
624 desde o início quando mandaram o projeto; concluiu se colocando a disposição para as
625 dúvidas. Após os esclarecimentos as dúvidas surgidas pela apresentação, o Presidente
626 **Adilson Ventura** deu espaço para um informativo do processo eleitoral, transmitido pela
627 Conselheira **Maria Aparecida Gugel**, que a cadeira dos Conselhos Municipal no
628 CONADE seria ocupada por novos membros para o mandato 2004/2006, sendo
629 respectivamente na titularidade o Conselho de Deficientes de Uberlândia-MG, e como
630 suplente o de Joinville-SC; aproveitando e agradecendo pela oportunidade de ter conduzido
631 a Assembléia, saindo muito comovida. O Presidente então solicitou que se dessem
632 prosseguimento a pauta, por estar muito atrasada. **ITEM IX – Informes das Comissões**
633 **Permanentes** – Conselheiro **Rogério Lopes**, iniciou o relato: I - O primeiro processo que
634 foi verificado, relato do Conselheiro Alan Cortez, é a respeito de uma denúncia sobre uma
635 médica pediatra do Correio que prestou concurso e não foi nomeada e já tem uma ação
636 judicial correndo verificando o assunto. Devido a isso *propôs o arquivamento da questão;*
637 **Acatado**. II - O segundo processo, são dois processos que falavam da reforma da
638 Previdência que estava com o relator Rosvaldo e *propôs o arquivamento* dos mesmos tendo
639 em vista que o posicionamento do CONADE referente a reforma da Previdência já foi
640 encaminhada aos senhores parlamentares nas formas dos pareceres 14 e 26/2004; **Acatado**.

641 III - Sobre a Lei Orgânica do Município de Belém, foi enviado um e-mail do Promotor
642 Titular da Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso da capital, solicitando
643 intervenção do CONADE contra a aprovação da Emenda que retira o direito ao passe livre
644 dos deficientes, pois consta da mesma a comprovação da dificuldade de locomoção,
645 transferindo ao juízo do motorista a decisão sobre a gratuidade do transporte. *Proposta:*
646 *encaminhar uma moção à Câmara Municipal de Belém repudiando a iniciativa desta lei.*
647 Após leitura da minuta da moção com a informação de já ter uma ação civil pública
648 correndo em Belém sobre o assunto, sendo esta moção para reforçar a atitude do Ministério
649 Público Local; foi colocado ao plenário para votação; **Acatado.** IV – processo a respeito da
650 recomendação do Ministério Público Federal do Distrito Federal recomendação detem no.
651 4/2004 que trata sobre o Processo Seletivo em concursos públicos, falando da necessidade
652 de ficar atento para que os editais reservem as cotas para os deficientes físicos. A
653 recomendação do Ministério Público foi entregue a todos os conselheiros, e se reconhece
654 ele pelo Memorando 79/2004 do CONADE; *recomendação arquivar processo*, levante
655 apenas para o conhecimento dos conselheiros; **Acatado.** V - Processo trata-se de um e-mail
656 enviado pela entidade civil do Ceará que solicita parecer sobre a legalidade de uma Lei
657 Estadual 13.392/2003 que trata do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa
658 Portadora de Deficiência no Estado o Ceará; na essa solicitação não explicava o que
659 consideraria ilegalidade; Lei analisada e não havendo ilegalidade nenhuma;
660 *encaminhamento para a Secretaria Executiva entre em contato com a denunciante para*
661 *verificar se foi tudo conforme na eleição e nas indicações, e se tiverem alguma insatisfação*
662 *passar depois para a Comissão de Articulação de Conselho que tinha mais a ver com o*
663 *processo;* **Acatado.** Finalizando, comunicou que a partir do próximo mês não será mais o
664 conselheiro titular do Ministério Trabalho e Emprego, que o próximo representante,
665 provavelmente deve ser da Secretaria de Políticas Pública de Emprego; e fez uma saudação
666 porque para ele foi uma experiência ótima o tempo que tiveram de convívio e agradeceu a
667 todos. Em seguida por solicitação da Conselheira Maria Aparecida Gugel, foi dado a
668 palavra ao Conselheiro **Mauro Pena** para fazer uma colocação ainda dentro da Comissão
669 de Atos. O Conselheiro informou que encaminharam a essa Presidência um documento
670 assinando por 4 (quatro) conselheiros no sentido de consubstanciar algo que consideravam
671 como necessário e solicitando que fosse votado uma resolução conforme se identifica nesse
672 documento, que passou a ler, se resumindo na proposta da criação de uma Comissão

673 Permanente sobre assuntos técnico científico, um recurso que o CONADE disporia quando
674 aparecesse oportunidade, sendo ativados sem quaisquer ônus. O Presidente submeteu a
675 proposta a apreciação dos Conselheiros, e após muitas intervenções e esclarecimentos, foi
676 encaminhado duas propostas: Conselheiro Mauro – *propôs que fosse votado ainda naquela*
677 *reunião a criação de uma Assessoria Especial para o CONADE constituída de voluntários*
678 *à luz da Lei de Voluntariado, submetendo a Comissão de Atos Normativos para*
679 *regulamentar; e o Conselheiro Alan – propôs ser votado posteriormente, antes fazendo um*
680 *estudo pela Comissão de Atos Normativos em cima da Lei do Voluntariado estabelecendo*
681 *os critérios e fazendo um regulamento, para ai sim ser submetido ao Conselho para*
682 *deliberação e funcionamento.* Diante do exposto, foi verificado o quorum de mais de 13
683 Conselheiros presentes para a votação. **A proposta do Conselheiro Mauro foi aprovada**
684 **por 13 (treze) votos.** NOS ÚTIMOS INFORMES: I - o Conselheiro **Antônio Carlos**
685 **Sestaro** deixou seu agradecimento ao Ministério Público que estava deixando a
686 composição do Conselho, por todo trabalho que desenvolveu nesse período, e pedir ao
687 Ministério Público, tanto do Trabalho como Federal, que ele não os abandonasse. II - a
688 Conselheira **Maria Aparecida Gugel**, em adendo disse que nesses anos todos de assento
689 no CONADE o Ministério Público trocou aprendizados, e que fosse na condição de
690 conselheiros ou de observadores estarão sempre apoiando o interesse público e social,
691 sempre a postos e a disposição do Conselho. III - o Conselheiro **Luis Soares**, se manifestou
692 agradecendo por toda essa experiência que tiveram nos poucos meses que ocuparam a
693 cadeira, e disse que apreenderam muito com todos os participantes, e colocando a
694 instituição disponível a contribuição e participação sempre que solicitada. IV - o Presidente
695 **Adilson Ventura** encaminhou que tendo em vista todo o processo de reuniões dos últimos
696 três dias *propôs que o CONADE fizesse um recesso no dia seguinte, um dia para que a*
697 *equipe pudesse se recuperar; proposta acatada por unanimidade.* V - o Conselheiro e
698 Vice-Presidente **José Rafael Miranda**, deixou registrado sua participação no CONADE,
699 pela sua estada num curto espaço de tempo, tendo sido um aprendizado uma experiência
700 gratificante, e que agora ficariam no aguardo dos novos acontecimentos, mas só tendo a
701 agradecer. O Presidente **Adilson Ventura** constata que não havia mais possibilidades de
702 continuarem os trabalhos devido ao esvaziamento do plenário e a conseqüente falta de
703 quórum para deliberação de qualquer assunto. Encerrou a trigésima segunda reunião
704 ordinária do CONADE às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, com agradecimentos

705 a todos os conselheiros presentes e ao Conselheiro **Janilton** pela especial acolhida mais
706 uma vez pelo espaço dado a reunião na CNC. A reunião foi gravada em áudio e vídeo,
707 estenotipada, sendo que a transcrição integral dos pronunciamentos consta como parte
708 integrante desta ata, no Anexo I. Lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada,
709 será assinada pelo Presidente do Conselho, **Dr. Adílson Ventura**, e rubricada pelos demais
710 Conselheiros, para que se produza seus efeitos legais.

711

712

Brasília, 05 de maio de 2004.

713

714

715

716

717

PROF. ADILSON VENTURA

718

PRESIDENTE